

Creches

Poucas vagas, muitas crianças e o descaso das autoridades



Fotos: Nair Benedicto

Jornal da Vila O JORNAL DO TRABALHADOR

Ano 2 — N° 15 — Junho de 1979 — Cr\$ 3,00 junho



Foto: Juca Martins
Lula e Almino na discussão do PT em São Bernardo

APESAR DOS DESMENTIDOS, SE ORGANIZA O PT

Reunidos em São Bernardo, sindicalistas, autênticos do MDB e intelectuais discutem formas políticas para unir a oposição popular Pág. 3

No Plantão de Polícia, não deu pra contratar Kojak — Pág. 8

Jornalistas:

A greve que o jornal não deu.

Leia na página 2



«CONSELHO DE AMIGO»

O prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, depois de quatro anos e três meses governando a cidade, demonstra ter aprendido ao menos uma lição: a de que já não dá para ignorar a pressão da população. Num conselho dado ao seu provável sucessor, Reynaldo de Barros, ele afirmou: "Meu caro amigo, no dia em que se sentar nesta cadeira, vai receber como herança, um aumento muito grande do nível de reivindicação da cidade. E essa reivindicação vai crescer. E crescerá muito na medida em que o processo político se abrir".

Setúbal não quis reconhecer apenas neste "conselho de amigo" que foi a própria população, ao organizar-se, que forçou esse processo político a se abrir. E que, a duras penas, conseguiu ensinar-lhe esta lição.



Foto: Ricardo Malta

A assembléia que decidiu a volta ao trabalho

Jornalistas encaram a derrota

Apesar de terem sustentado por seis dias uma greve que mobilizou 90% da categoria e que levou às assembléias mais de 1.500 profissionais, os jornalistas acabaram por não conseguir nenhuma das reivindicações que pretendiam: 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes de redação.

E mais: terminada a greve, os donos de jornal demitiram, no espaço de dez dias, 174 profissionais, sendo quatro deles diretores do sindicato, com imunidade, e 31 por justa causa.

Para a população, apesar das cartas distribuídas pelos grevistas, a paralisação soou estranhamente: era uma greve que, ao contrário do normal, não impedia a realização e a circulação do produto, no caso os jornais, as revistas e os noticiários de rádio e televisão.

Nessa questão — a do caráter da greve — está centralizada hoje a discussão da categoria para a verificação de seus erros. Na última semana, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas distribuiu um documento de análise do movimento onde constata que um dos erros foi o não entendimento de que a greve, ao não poder contar com uma paralisação conjunta dos gráficos, teria que ser uma greve de desgaste, que não impediria mesmo a saída dos jornais.

Diz o documento: "Não teria sentido abrir mão de um instrumento de pressão como a greve (mesmo que somente de jornalistas) em função de uma situação mais favorável e de unidade com os gráficos em outro momento. Quando chegará esse momento? Daqui a um, dois, dez anos? E até lá, o que fazemos nós? Se não desenvolvermos nossas lutas independentemente — não porque queremos, mas porque a situação não permite coisa melhor — nem em 100 anos faremos um movimento conjunto com os gráficos, pois estes seguirão em frente e nós ficaremos para trás".

No entanto, que efeitos têm uma greve só de jornalistas, que não impede a circulação de jornais? Evidentemente, eles são menores do que uma greve conjunta com os gráficos, mas podem ser eficazes para se conseguir uma boa negociação, se a greve for sustentada durante

um tempo mais longo. Os jornais diminuem sua qualidade, as agências de publicidade passam a programar menos anúncios, as vendas caem, e é difícil aos patrões continuarem por muito tempo fazendo os jornais com uns poucos fura-greves.

De dentro da greve, contra ela

Indecisos quanto ao caráter do movimento e pouco orientados pelo Comando de Greve, os jornalistas tentaram, no primeiro dia, impedir a saída dos caminhões de distribuição dos jornais. A repressão policial, chamada pelos patrões, dissolveu os piquetes à base de bombas e cassetetes. E fez com que, nos dias seguintes, o número de pessoas dispostas a comparecer à porta das empresas diminuísse.

Além disso — e aí está outro dos problemas importantes — a precária direção do Comando e a indecisão quanto ao caráter da greve facilitaram que alguns jornalistas participantes da greve, mas que trabalhavam contra ela, argumentassem nas assembléias e nos piquetes que a paralisação era inútil porque o produto continuava saindo. Tudo isso diminuiu o ânimo da categoria, mostrou aos donos de jornal que o movimento tinha vacilações (na assembléia anterior à última negociação, alguns fizeram propostas de parar a greve) e fez com que, depois de seis dias, a greve terminasse sem que nenhuma das reivindicações fosse atendida.

Estimulados pela derrota dos jornalistas, os patrões — alguns deles até defensores de greves de outras categorias — passaram a usar seus próprios jornais para atacar a greve e o sindicato, publicando "reportagens" mentirosas sobre o movimento.

Entretanto, apesar do desânimo que tomou conta de muitos, os jornalistas começam a se reorganizar. Em assembléia realizada na última semana, criaram uma comissão de defesa dos demitidos, que se encarregará de encaminhar algumas sugestões que a própria assembléia apresentou: realização de shows para arrecadar dinheiro, desconto de um dia de salário dos não demitidos, e outras providências que irão iniciar a criação de um Fundo de Greve da categoria.

CONGRESSO DOS METALÚRGICOS:

A defesa da liberdade sindical

Os 400 dirigentes sindicais que estiveram reunidos até dia 9 de junho último em Poços de Caldas, no 10º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, aprovaram mudanças na atual legislação que regula a vida sindical. Entre estas modificações, os dirigentes metalúrgicos reivindicaram a revisão da lei que regula o direito de greve, a realização de eleição direta para as entidades sindicais, e a efetiva autonomia sindical.

Para a conquista da maior autonomia sindical, esses dirigentes metalúrgicos propuseram a discussão de princípios sobre a estrutura sindical ideal aos trabalhadores brasileiros que, segundo eles, deverá incluir até a possibi-

lidade de formação livre de entidades sindicais, sem «apego à qualificação de categorias previamente alinhadas num plano de enquadramento».

Além de combaterem a manutenção de qualquer instrumento de representação dos trabalhadores que «importe em subjugá-los ao Estado», os dirigentes metalúrgicos insistiram na defesa da realização de eleições livres e diretas para todas as entidades sindicais: o sindicato, a federação e a confederação, a serem feitas num mesmo dia, como forma de os sindicatos se constituírem em instrumentos de representação autêntica dos trabalhadores.



Encontro de S. Bernardo

Em discussão, o partido popular

Neste momento em que se fala tanto na extinção da Arena e do MDB, criação de um novo PTB, do novo PSP ou do PT, milhões de brasileiros exigem um partido de oposição onde as bases populares participem de verdade. A semente desse partido parece ter surgido no Encontro de São Bernardo, realizado nos primeiros dias de junho entre líderes sindicais, deputados autênticos do MDB, intelectuais e políticos que já foram cassados pelo governo.

Muitos dizem que a semente não vai germinar, ou seja, o partido não vai nascer. Se depender daqueles que durante as campanhas eleitorais se diziam autênticos e depois de eleitos ficaram do lado do governo, a semente pode realmente não germinar, pois desde o começo eles estão pisando no canteiro onde ela foi plantada. Mas, se ao contrário, o clima ajudar, dentro de algum tempo poderá estar brotando o projeto do partido popular.

Oficialmente, tanto os que participaram do encontro realizado no Pampas Palace Hotel de São Bernardo, como os políticos que não foram convidados, negam que o objetivo da reunião foi o de iniciar as conversas visando a criação de um futuro partido. Porém, se a iniciativa fosse inofensiva, não teria deixado tanta gente preocupada. E o senador Orestes Quêrcia, sentindo ameaçado seu desejo de ser governador de São Paulo, não teria procurado atrapalhar as coisas, impedindo o comparecimento de outros senadores ao encontro.

Quem organizou

Em São Paulo, o Encontro de São Bernardo foi organizado pelo Lula, presidente do Sindica-

to dos Metalúrgicos, pelo ex-ministro do Trabalho (no governo João Goulart) Almino Afonso e pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que nas últimas eleições elegeu-se suplente de senador. Ao todo, participaram 56 deputados federais de 15 Estados, 40 dirigentes sindicais de seis Estados, 20 deputados estaduais, vários intelectuais e 10 cassados ou ex-cassados pelo governo.

Os organizadores disseram que o objetivo da reunião era aproximar o setor autêntico do MDB dos líderes sindicais e assim colocar o partido da oposição em contato mais direto com os trabalhadores, seus problemas sociais e econômicos. Disseram também que não havia a intenção de apressar o fim do MDB. Pelo contrário, iriam inclusive protestar contra a tentativa do governo de acabar com o partido.

O que prometeram os organizadores, realmente aconteceu. No entanto, os líderes sindicais convidados foram exatamente aqueles que defendem a criação do PT, o Partido dos Trabalhadores proposto pelos metalúrgicos no começo deste ano. Ao passo que do lado do MDB estavam muitos daqueles que têm apoiado recentes movimentos grevistas, e que defendem que os trabalhadores devem ter seu próprio partido.

Seria simples coincidência o fato de estarem no encontro apenas pessoas que vivem falando num novo partido? Parte da resposta talvez esteja neste trecho do discurso feito por Fernando Henrique Cardoso. "Alguns acreditam que ainda estamos longe do momento de propor alternativas políticas para o Brasil. Outros crêm que a hora se constrói e que é necessário dar maior nitidez às correntes da oposição, mantem-



Foto: Juca Martins

Lula e Fernando Henrique, organizadores do encontro do a frente democrática de luta. Nosso encontro, eu espero, dará um testemunho de que isso é possível".

O ex-ministro Almino Afonso também fez uma afirmação que pode ser entendida como resposta a esta pergunta. "Esse encontro cria condições para o avanço político no entendimento das forças populares, coisa fundamental a qualquer partido de massa", disse ele.

O documento final do Encontro contém ainda cinco itens defendendo a liberdade partidária, repudiando a tentativa de extinção dos partidos; reiterando a necessidade de luta por uma Assembleia Nacional Constituinte; manifestando a disposição de buscar formas políticas que permitam a unidade na ação entre lideranças operárias, oposição popular, parlamento e demais setores da sociedade; e manifestando a intenção de continuar as consultas entre operários, políticos e intelectuais, inclusive do exílio, sobre a questão da reformulação partidária.

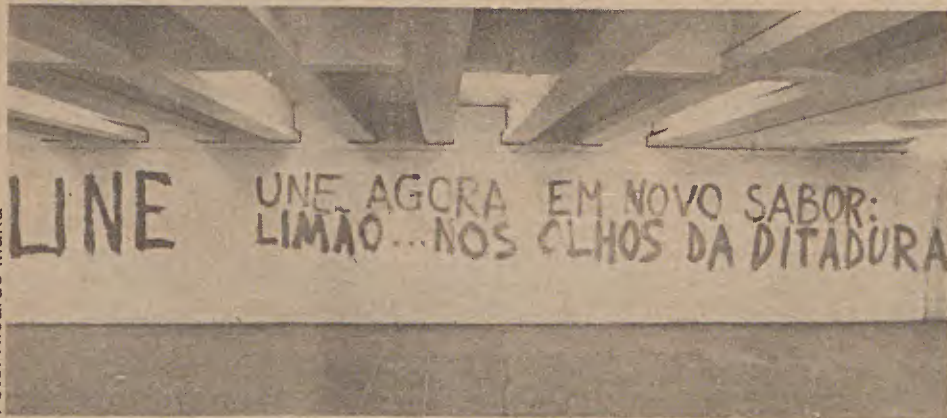


Foto: Ricardo Malta

UNE, UMA HISTÓRIA DE LUTAS

Reunidos em Salvador, cinco mil estudantes realizaram o 31º Congresso da UNE — União Nacional dos Estudantes — em que firmaram uma carta de princípios da entidade, onde se propõem a lutar pela preservação da cultura popular, pelo ensino gratuito em todos os níveis e contra todas as formas de opressão e exploração.

Não elegeram, entretanto, uma diretoria. Ela será escolhida, na primeira eleição direta que a UNE fará em sua história desde que foi fundada.

Apesar do Congresso ter sido realizado sem repressão policial, e de terem sido revogados há poucos dias os decretos que impediam a livre organização dos

estudantes, o governo ainda considera a UNE uma entidade ilegal e não pretende reconhecer oficialmente sua diretoria.

Essa tentativa de manter a entidade máxima dos estudantes fora da legalidade, e de dificultar seu renascimento vem da certeza, para o governo, de que os estudantes manterão a longa história de lutas que a entidade desenvolveu desde a sua fundação, em 1938.

Dessa data e durante toda a ditadura de Getúlio, a UNE se definiu como uma entidade nacionalista que lutava em defesa das liberdades democráticas, pela anistia, pelo retorno do país ao Estado de Direito e pela Constituinte.

De 1945 a 1956, porém a UNE,

dirigida por figuras como o ex-governador Paulo Egydio e pelo deputado federal arenista Célio Borja, perdeu muito de sua combatividade, transformando-se numa entidade simplesmente assistencialista.

O período posterior mostrou a UNE novamente comprometida com as lutas políticas do país, desta vez com uma diretoria formada a partir da União Metropolitana dos Estudantes do Rio. E, mais tarde, durante o governo João Goulart, atuando ao lado dos trabalhadores pelas reformas sociais, nas quais se incluía a reforma da universidade.

A sede queimada

No dia 31 de março, com o golpe militar que derrubou Jango, o prédio onde funcionava a UNE, no Rio, foi queimado e a entidade, declarada ilegal. A partir daí, iniciou-se um período de perseguições políticas e prisões para os líderes da entidade.

Apesar disso, os estudantes, dois anos depois, saíram às ruas novamente para protestar, ao mesmo tempo em que, dentro das universidades, lutavam para conseguir maior participação nas decisões e uma reforma do ensino que favorecesse a maioria da população.

A resposta do governo veio através do AI-5, em dezembro de 68, do decreto-lei 477 e de uma reforma universitária que abriu a

possibilidade do ensino, aos poucos, deixar de ser gratuito.

Mesmo sob o violento regime de repressão, os estudantes ainda conseguiram realizar os congressos da UNE de 66 e 67.

No Congresso de 68, a polícia prendeu cerca de 1.000 estudantes e impediu sua realização. Mesmo assim, uma nova diretoria foi eleita, com o estudante Jean-Marc na presidência. Preso, Jean-Marc foi substituído por Honestino Guimarães que também preso em 1970, figura na lista das pessoas desaparecidas até hoje.

A fase seguinte foi do mais absoluto silêncio, com os estudantes impossibilitados, pela ação da repressão policial, de se manifestar. Com a morte de Alexandre Vanucchi Leme, estudante de Geologia em 73, nas dependências de um órgão de repressão do Exército, os estudantes voltaram a protestar, recebendo apoio de outros setores da sociedade que também iniciavam um movimento de resistência ao governo.

A partir daí, a luta estudantil tomou novo vôleo. As entidades voltaram a se reestruturar, e os estudantes criaram uma comissão pró-UNE, encarregada de reconstruir a entidade máxima dos estudantes. Que, no Congresso de Salvador, se tornou novamente uma realidade.

Para cada vaga cem crianças

Tereza Clarice Sampaio, moradora do Jardim Klein, saiu de manhã para o trabalho e, como de costume, deixou seus quatro filhos — de sete, seis, três e um ano — sozinhos em casa. O bairro não tinha creche, e com o salário de empregada doméstica não dava para pagar uma creche particular, nem uma vizinha para tomar conta das crianças.

A filha de seis anos resolveu brincar com o litro de álcool, de embalagem plástica, e aconteceu o acidente: a menina pôs fogo no álcool e queimou-se gravemente. O auxílio das vizinhas conseguiu evitar que o fogo queimasse o barraco. Mas a criança de seis anos foi internada no hospital, e ficou oito meses em tratamento, depois de sofrer duas operações.

Os acidentes com crianças que ficam sozinhas em casa, como esse do Jardim Klein, são frequentes, e tem aumentado nos últimos anos, embora não se tenha números exatos que os comprovem, informou Amelinha de Almeida Telles, do jornal "Brasil Mulher", e membro do Movimento de Luta por Creche, que reúne 46 entidades como clubes de mães, associações de bairro e sindicatos.

E esses acidentes têm todos uma única origem, acrescentou Amelinha. Por causa do baixo salário do pai da família as mulheres são obrigadas a trabalhar fora. Como o salário dos dois

de, enquanto seus pais têm que trabalhar o dia inteiro.

Outras instituições como as escolas da Prefeitura que funcionam com o sistema Planedi — Plano de Educação Infantil — e que atendem as crianças de 3 a 6 anos que são irmãs dos alunos das escolas, também não resolvem o problema para os pais trabalhadores. Porque nestes estabelecimentos, a criança passa apenas algumas horas, e para garantir sua matrícula as mães são obrigadas a faltar ao trabalho duas vezes por mês para comparecer na escola e ajudar a olhar as crianças, pois há só uma professora para cada 120 meninos matriculados.

Por outro lado, as creches propriamente ditas, ou seja, os chamados centros infantis da Cobes (Coordenadoria do Bem Estar Social), da prefeitura, num total de 102 em toda a cidade, atendem exatamente 9.103 crianças das 980.276 necessitadas desse tipo de atendimento em São Paulo. Ou seja, significa que para cada cem crianças que precisam de creche, existe uma vaga nas creches atualmente em funcionamento.

Essas instituições funcionam com regime de semi-internato, atendendo os filhos de zero a seis anos, das famílias que tem uma renda mensal de até quatro salários mínimos.

Os patrões não cumprem a lei

Enquanto o governo dispõe de um número reduzido de entidades para atender as crianças filhos de trabalhadores, e não apresenta planos próprios de ampliar esse atendimento, se não é pressionado, os patrões, por sua vez, ignoram a legislação do trabalho a respeito das creches.

Segundo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), artigo 389, as empresas onde trabalham mais de 30 mulheres, com mais de 16 anos, seriam obrigadas a manter "um local apropriado onde seja permitida às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, seus filhos, no período de amamentação (de zero a seis meses)".

Além de restringir o período a esses poucos meses, a lei permite que a empresa, em vez de criar sua própria creche, possa manter um convênio com creches já existentes. E não esta-

A DRT não fiscaliza as empresas, os patrões não cumprem a lei e nem são punidos.

belece o número de vagas que esse convênio deve ter, a que distância da empresa ela deve ficar, nem obriga à divulgação, entre as funcionárias, da localização da creche. Finalmente, a lei não prevê a fiscalização da existência desses convênios. Resume-se a determinar que as empresas infratoras pagarão a multa insignificante de 1/5 a dois salários, ou seja, de 450 a 4.500 cruzeiros.

O resultado é que ninguém cumpre a lei. E colaborando para essa burla, a Delegacia Regional do Trabalho, não fiscaliza nem pune os patrões. Tanto que nem sabe dizer exatamente quantas creches de empresas existem em São Paulo. Um técnico da DRT, a propósito, soube "estimar" apenas que o número das creches por empresas em São Paulo não deve chegar a 23.

A filha de seis anos de Tereza Clarice, empregada doméstica, estava em casa com os irmãos pequenos. Resolveu brincar com um litro de álcool e queimou-se gravemente.

juntos não é suficiente para pagar quem olhe os filhos, e como não existem creches públicas que atendam as crianças, elas acabam sendo deixadas em casa, sozinhas, e expostas a toda sorte de perigos.

Como ficam as crianças

De acordo com a Fundação de pesquisas Carlos Chagas, existem em São Paulo quase um milhão e meio de crianças em idade de zero a cinco anos. Entre elas, um milhão são filhas de trabalhadores de baixos salários.

Para trabalhar fora, 48% dos pais e mães dessas crianças — segundo dados de 1971, da secretaria do Trabalho do Estado — deixam as crianças com parentes e vizinhos: 21% deixam os filhos sozinhos; 2% pagam empregadas para olhar as crianças, e 1% apenas dos pais deixam os filhos em creches ou outras instituições.

O baixo número de crianças que ficam em creches é resultado direto da ausência dessas instituições de atendimento dos filhos de trabalhadores.

Onde estão as creches

Além do pequeno número das entidades que podem cuidar de crianças, as existentes nem sempre resolvem o problema para os pais trabalhadores. Por exemplo: os 117 parques infantis da Prefeitura, que atendem 34 mil crianças entre 3 e seis anos de idade, estão concentrados nos bairros centrais da cidade.

Afora essa dificuldade, todos os parques infantis da prefeitura atendem as crianças um período do dia apenas — ou de manhã ou a tar-

Com a falta de creches as crianças acabam sendo deixadas em casa, sozinhas, e expostas a toda sorte de perigos.

Existir já é um milagre

As 102 creches mantidas direta ou indiretamente pela prefeitura de São Paulo, e que atendem as 9.103 crianças em idade de zero a seis anos, estão divididas em três tipos: **as creches diretas** equipadas e administradas totalmente pela Prefeitura. Existem apenas 4 em São Paulo: no Brooklin, Campo Limpo, Consolação e Alto da Lapa. Desde 1972, não são criadas novas creches desse tipo; **as creches indiretas**, equipadas pela prefeitura mas mantidas através de convênios com entidades particulares. A prefeitura paga metade do custo mensal de cada criança (Cr\$ 700,00), para 70% das crianças matriculadas, e a entidade arca com o resto das despesas. São 20 as creches desse tipo; e as **creches particulares**: em número de 78, são aquelas em que as entidades (sociedade amigos de bairro, clubes de mães, etc) que providenciam o prédio e equipamentos. A prefeitura só dá um apoio financeiro mensal, também de Cr\$ 700,00 para 70% das crianças matriculadas.

Se comparadas porém a recomendação da Coordenação de Proteção Materno-Infantil, órgão do ministério da Saúde, de uma creche ideal, com as creches existentes em São Paulo, principalmente as qualificadas de indiretas ou "particulares", será constatada a existência de um verdadeiro abismo.

Segundo a Coordenação de Proteção Materno-Infantil, uma creche ideal deve ficar próxima do trabalho das mães ou da casa da família da criança, deve prever a facilidade de acesso e manter distâncias de locais que possam trazer problemas à saúde da criança.

Para construção e adaptação de uma creche — que deve atender no mínimo a 30 e no má-

Entre a creche ideal, recomendada pelo ministério da Saúde, e as creches da periferia, existe um verdadeiro abismo.

ximo a 70 crianças — a área total de construção prevista é de 1050 m², e a área mínima recomendada de 15 m² por criança. Deve ainda haver vegetação que não seja venenosa.

Quanto à pintura das paredes, recomenda-se usar cores claras e alegres, de tinta lavável nos berçários, salas de repouso, refeição e recreação. O pessoal necessário deve ser de aproximadamente 31 funcionários no total, dos quais 6 especialistas em tempo parcial e 25 adminis-

tradores e domésticos em tempo integral.

Sem verbas e condições precárias

Sem verbas e sem assistência, as instituições criadas pela iniciativa da população (sejam as chamadas creches indiretas ou as "particulares") não têm condições de observar nenhuma dessas normas. Quando muito — e isso já depende de muito esforço — essas creches existem.

A área livre para recreação, na creche do Jardim Klein, resume-se a um quintal mínimo, entulhado de materiais de construção.

Um bom exemplo é a creche do Jardim Klein, criada pelo clube de mães da região. Instalada numa rua sem asfalto, em frente a um córrego não canalizado e rodeado de mato, a creche funciona numa casa de dois cômodos (com aluguel de 1.500 cruzeiros). Num dos cômodos, ficam a cozinha e um armário com o material didático. No outro, de 3 metros por 4, funciona a "sala de aula", em torno de uma mesa grande e de bancos emprestados; não há carteiras.

A área livre para recreação resume-se a um quintal mínimo, entulhado de materiais de construção que o dono da casa se recusa a recolher. Não há possibilidade, por falta de verba, de fornecer merenda às crianças. As professoras não recebem salários desde a fundação da creche, em outubro. E até agora o funcionamento teve que ser dividido em dois períodos para atender as 30 crianças matriculadas. Apesar de tudo isso, já existem 20 crianças na lista de espera para se matricular.

"A creche vai chamar 'Esforço Unido do Jardim Klein', conta Socorro Pinheiro Oliveira, uma das seis professoras. "Há um ano estamos vendendo rifas, fazendo trabalhos manuais, bazares, para juntar dinheiro para começar a creche".

Mas era preciso que primeiro a Prefeitura garantisse um local para funcionamento da creche. E o clube de mães não tinha representação legal para isso. "Resolvemos, então — continua Socorro — fazer uma diretoria e botar a sociedade amigos do bairro para funcionar. Através dela, conseguimos um terreno provisório para a creche a partir de agosto. É esse aí na frente do córrego. Mas ainda temos que desmatá-lo e arrumar verba para construir o prédio."

"Um problema dos trabalhadores"

Apesar das inúmeras declarações de secretários e ministros em relação à importância do amparo ao pré-escolar e da própria existência, na CLT, de um artigo que obriga as empresas a manterem creches, o que se vê é um total des-caso em torno do problema.

Uma explicação para isso pode ser encontrada na forma como o governo e os empresários encaram a mão-de-obra feminina. Abundante e barata, ela serve quando muito para concorrer com o homem no mercado de trabalho, quando é preciso rebaixar os salários. Sem especialização e sem cursos que a profissionalizem, e concorrendo numa faixa onde também a mão-de-obra masculina é abundante e barata — a faixa dos sem especialização — a mulher continua a ter seu trabalho desvalorizado. E em geral, mesmo trabalhando em função igual a do homem, ela recebe um salário menor.

Apesar de tudo, a mulher trabalha

— No entanto, a política de rebaixamento dos salários, nesses 15 anos, obrigou a mulher a trabalhar para ajudar nas despesas domésticas. E como não existem creches, ela vai ao trabalho

deixando os filhos sozinhos ou com parentes, para os quais, muitas vezes, paga uma parte significativa de seu salário.

Quer dizer: a mulher (e, consequentemente a família) é responsável pela solução do problema de guarda dos filhos, se quiser trabalhar. O que evidentemente resulta numa grande economia para os verdadeiros responsáveis pela questão — o governo e os empresários — pois é do magro salário da família, e não das verbas governamentais ou dos lucros dos empresários, que sai o custo pela guarda das crianças.

Essa situação, entretanto, tende a mudar. Através dos movimentos por creches nos bairros, as mulheres começam a entender os problemas que estão por trás das negativas do governo e dos empresários. E passam a se organizar para reivindicar o direito que a própria lei lhes garante.

Além disso, começam a contar atualmente com uma pequena mas importante colaboração dos homens que, aos poucos, compreendem que o problema da assistência aos filhos não é tarefa exclusiva da mulher.

A própria unificação da luta por creches num só movimento é um passo adiante na organização dos moradores dos bairros da periferia. Quando for maior e mais avançada, as soluções começarão a aparecer.

As 102 creches existentes em São Paulo atendem exatamente 9.103 crianças das 980.276 necessitadas desse tipo de atendimento.





Na SAB de Figueira Grande o pré-primário reúne 70 crianças

Sociedade Amigos de Bairro

O FIM DO CURRAL ELEITORAL

Manobras por políticos à cata de votos, as SABs começam a retomar sua origem

Quando surgiram, há 36 anos, as sociedades amigos de bairro funcionavam como órgão de integração e reivindicação dos moradores do lugar por melhorias como saneamento, asfalto, escolas.

Com o passar do tempo, elas foram perdendo esse caráter reivindicatório e passaram a ser manobradas por políticos em busca de votos. Jânio Quadros, por exemplo, utilizou-se das SABs para eleger-se prefeito. E depois de 1964, com a extinção das eleições diretas, elas se transformaram em verdadeiros currais eleitorais dos vereadores, colocando-se muitas vezes até mesmo contra as reivindicações dos moradores. Foi o que ocorreu no mês passado, por exemplo, no Parque Grajaú, onde a Administração Regional de Santo Amaro derrubou casas de moradores atendendo à denúncia da SAB local de que as construções eram irregulares.

Apesar disso, hoje, em muitos bairros, os moradores discutem a importância de recuperar as sociedades, que chegam a 800 em São Paulo, embora se acredite que apenas 100 mantenham um trabalho regular. Para estes moradores, as SABs podem ser instrumento de organização nos bairros e de pressão junto ao governo, para a conquista das reivindicações locais.

Em alguns lugares, a discussão apenas se inicia. Em outros, já se conseguiu atingir esse objetivo. Em outros ainda, os moradores acreditam que, melhor do que recuperar a sociedade amigos é formar, a partir de lutas já desenvolvidas, uma outra organização que seja independente da SAB que existe. Assim aconteceu no Jardim São Savério, quando em fevereiro, a população criou a União de Moradores do lugar, embora já houvesse na região uma Sociedade Amigos do Bairro. Argumentavam eles que a sociedade, em vez de ajudar os moradores em suas reivindicações, os deixou brigando sozinhos com a Prefeitura e, com isso, demonstrou seu desinteresse pelos problemas do bairro.

Uma experiência bem sucedida — Na Figueira Grande, bairro da zona sul de São Paulo, há seis anos, a sociedade amigos do bairro funciona como órgão representativo dos moradores, desenvolvendo lutas de interesse da região. Israel Saraiva Alencar, secretário da associação, conta um pouco dessa história, de como foi possível

ganhar a SAB e de como ela conquistou melhorias pra o bairro.

O Artur Alves Pinto se aproveitava da SAB

Jornal da Vila — Desde quando existe uma Sociedade Amigos do Bairro na Figueira Grande?

Saraiva — Ela foi fundada em 1966 e daí até 1973 passaram por ela diretorias pelegas que só faziam se aproveitar da situação, trabalhando para políticos, como o Artur Alves Pinto, da Arena, e até usando o dinheiro da SAB para fins pessoais. A sociedade não tinha nem sede; funcionava numa casa alugada.

JV — Como vocês conseguiram ganhar a SAB?

Saraiva — Em 73, alguns moradores do bairro se juntaram e resolveram se candidatar para a diretoria. Conseguimos eleger o deputado Aurélio Perez como presidente. Mas, nesses primeiros anos, por falta de experiência, tentamos trabalhar sozinhos, sem a população do bairro, e não deu muito resultado. Tentamos conseguir a participação do povo através de abaixo-assinados, mas o abaixo-assinado não obriga a pessoa a sair de casa e a participação dela continua a ser passiva.

JV — O que foi feito para aumentar essa participação?

Saraiva — Um ano depois, conseguimos que a Cúria nos doasse um terreno, onde começamos a construir a sede da sociedade. A gente ia lá trabalhar de pedreiro, fizemos campanhas e rifas para conseguir material de construção. Quando o pessoal do bairro viu que a diretoria estava realmente trabalhando, começou a ter mais confiança na sociedade e resolveu aparecer. Foi quando formamos o clube de mães, que é hoje o braço direito da sociedade. Elas se reúnem, discutem os problemas do bairro, discutem política, seus filhos frequentam o pré-primário da sociedade (que hoje tem mais de 70 crianças), fazem cursos de alfabetização de adultos.

JV — Que lutas a SAB desenvolveu no bairro?

Saraiva — A partir da maior participação do povo do bairro, começamos a realizar várias

campanhas. E obtivemos muitas vitórias, como a instalação de mais escolas, feiras, coleta de lixo, ônibus. Só na luta pelo ônibus, em 76, reunimos 1.500 pessoas numa assembléia.

JV — Quantos sócios tem a sociedade?

Saraiva — Nossa preocupação não é com o número de sócios, porque nós não cobramos nada das pessoas que queiram frequentar a SAB. Nós queremos que todas as pessoas do bairro participem das atividades. Procuramos também não esquecer a necessidade de divertimento, organizando festas, shows de música, além de um jornal feito pelo clube de jovens, chamado "O Papagaio".

Da pra ganhar uma SAB mesmo que esteja nas mãos do pior pelego

JV — Você acha difícil chegar à direção de uma SAB?

Saraiva — Eu acho que é possível ganhar uma SAB mesmo que ela esteja nas mãos do pior pelego do mundo. Basta que os moradores aceitem fazer um trabalho difícil e demorado. Porque não se toma uma SAB de assalto. Os estatutos dizem que, para ser eleita, a pessoa deve ter no mínimo três meses de registro como sócio. Então, primeiro é preciso ficar sócio e arranjar um número de sócios maior do que aqueles que apoiam a diretoria pelega. Aí então, formar uma chapa de oposição e ganhar a eleição.

Cupecê

«Postinho» não adianta

Os moradores da região que se estende do Jardim Prudência ao Jardim Miriam, ao longo dos cinco quilômetros da av. Cupecê, representando cerca de 250 mil habitantes entregaram no dia 22 de maio uma carta ao secretário da Saúde Adib Jatene reivindicando um Centro de Saúde para a região.

Apesar da quantidade de moradores, existem ali apenas três postos — na Vila Mira, Vila Constança e Missionária — que se limitam a distribuir leite e aplicar vacinas. Quanto há vacinas. E quando os moradores, depois de enfrentar filas desde a madrugada, conseguem ser atendidos.

Apoiados por seis sociedades amigos de bairro e por cinco comunidades ligadas à Igreja local, os moradores pretendem brigar até conseguirem um Centro de Saúde completo, com clínica geral, especialistas e pronto-socorro.



Parque Grajaú

Respondendo ao prefeito

Através de mutirões feitos aos domingos, os moradores do Parque Grajaú começam a reconstruir suas casas derrubadas pela Administração Regional de Santo Amaro. Para a compra do material de construção, foram organizadas coletas no bairro.

Segundo os moradores, esta é a melhor resposta que podem dar ao prefeito, que afirmou nos jornais ser aquela área destinada a um mini-parque, ignorando que a população da periferia de São Paulo precisa muito mais de um teto para se abrigar do que de promessas de futuras áreas verdes.

ROTEIRO



PROGRAMA CULTURAL

O Centro Social do Jardim Clímax convida todos os interessados a participar de sua programação para os próximos meses:

Debate

1. CGT: a história da CGT e a perspectiva da Central Unica dos Trabalhadores.
2. CLT: a atual legislação; o projeto do governo; a posição dos trabalhadores.
3. Sindicato paralelo: o que é; as experiências existentes no Brasil; a situação atual.

Filmes

«A Greve» — sobre a greve do ABC, de João Batista de Andrade «Trabalhadores, presente», a greve dos motoristas de ônibus e o 1º de maio, também de João Batista de Andrade.

Teatro

«Dois na Mina» — um operário e um engenheiro ficam presos numa mina e discutem sua posição diante dos patrões — Teatro Núcleo.

Datas previstas

30 de junho; 21 de julho; 11 de agosto; 1º de setembro; 22 de setembro e 13 de outubro.

Convite

A todas as pessoas interessadas em creche: No dia 1º de julho, às 15 h., no galpão da Igreja de SÃO JOSÉ, no bairro de São José, haverá uma reunião sobre o assunto.



Inauguração

Todos estão convidados a comparecer à inauguração da Sociedade Amigos de Bairro de BARRO BRANCO dia 30 de junho, às 20 h.

JO SAFA CREAÇÕES
INDÚSTRIA DE MODAS JEANS

vendas

NO ATACADO, VAREJO E SOB MEDIDA.

FÁBRICA: Rua Dr. Odilon, 191
Vila Brasilina - São Paulo

REAL CONTABILIDADE

Contabilidade, assuntos fiscais, aberturas, transferências, encerramentos, contratos, distritos, imposto de renda.

Rua Evolução 841, salas 6 a 8 - V. Moraes.
Fone: 63-4675

EXPEDIENTE

O JORNAL DA VILA é uma publicação da Editora Caraguatá Ltda., Redação e Administração: Av. do Cursino, 3861 s/4 (V. Moraes)
Diretor Responsável: Lais Furtado Tapajós — MTPS 10.545 SJ/PESP 4945.
Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda. Av. Liberdade, 704 — São Paulo.

Você precisa de advogado?

O Centro Social do Jardim Clímax está fornecendo serviços de advogados, para todo tipo de caso, aos sábados, das 14 às 17hs. Sem fins lucrativos. Av. Pe. Arlindo Veira, 2063 sala 1.

ESCOLA DE CABELEIREIROS



ELZA

PROMOÇÃO DE ANIVERSÁRIO
Matricule-se agora e ganhe sensacionais descontos!

temos SAUNA OZONIZADA, TRATAMENTO DE ESTÉTICA FACIAL, MANICURE, PEDICURE, LIMPEZA DE PELE, MAQUIAGEM, etc.
Horários: manhã, tarde, noite.

Av. N. Sra. das Mercês, 1346 ou 1386
Vila N. Sra. das Mercês

ESCRITÓRIO CONTÁBIL MS

Temos a satisfação de comunicar que já estamos recebendo dos Srs. contribuintes as Declarações do Imposto de Renda, com DESCONTOS ESPECIAIS para os funcionários de empresas do Bairro.

Fazemos também quaisquer serviços de DESPACHANTE junto ao DETRAN e à Secretaria de Segurança Pública, DOPS, Forum, além dos demais serviços costumeiros de contabilidade a preços módicos.
FAÇA-NOS UMA VISITA SEM COMPROMISSO
Av. N. Sra. das Mercês, 669 — Fundos
Vila das Mercês

anuncie no

Jornal da Vila

BOX AUTORAMA



Loja com pista de competição — equipamentos nacionais e importados.
Rua Silva Bueno, 1105 — Ipiranga

Escola de datilografia BOM MESTRE

CURSOS de 1 a 12 meses

Rua Evolução, 841
1º andar s/5
V. Moraes

Comércio de Máquinas SOBERANO Ltda.

Balcões frigoríficos para: bares, açougues, supermercados, avícolas, etc.
Balanças - Cortador de Frios - Estufas - Vitrines - Cafeteiras - Churrasqueiras - Espremedor de Frutas - Fogões Industriais - Assadeiras de Frangos e Caixas Registradoras.

Rua Vergueiro, 6662 - Ipiranga
Fone: 63-4675



Plantão de Polícia

Policial não é herói... nem na Globo

Severino é trabalhador. Mora na Baixada Fluminense, região de muita miséria, muitos assaltantes e da já conhecida violência do Esquadrão da Morte. Num sábado de folga, Severino, a mulher e o filho estão de mudança para uma casinha bem melhor do que o quarto em que moravam apertados. Só falta levar a teve a cores novinha, comprada com custo a pretação; prá não pagar outro frete, Severino resolve levar ele mesmo com cuidado, carregando na cabeça.

Não dá outra: ele passa pela polícia carregando sua televisão e é confundido com um ladrão. Para a polícia, todo pobre é suspeito. E aquele mulato baixinho com cara de nordestino carregando uma tevê a cores nova só pode ser assaltante. Confundido com o bandido «Paraibinha», Severino não tem jeito de explicar nada (e quem acreditaria?) e vai preso. O resto, é previsível: ele apanha da polícia e dos outros presos, é envolvido num plano de fuga e depois de muitas tentativas de sair da confusão, acaba metralhado como «Paraibinha» mesmo

- o Severino trabalhador não teve a menor chance.

Horário de elite

Essa história do repórter e escritor Aguinaldo Silva, («Um Sábado Mal-dito, ed. Edibolso, 1976) foi, por incrível que pareça, adaptada para se transformar no primeiro episódio de «Plantão de Polícia», seriado nacional produzido pela Globo para o horário das 22 horas de 6ª. feira. É verdade que o horário das dez da noite é bem menos controlado pela censura interna da emissora por ser considerado um horário «de elite», ou seja — um horário de menor audiência, e sobretudo de uma audiência composta principalmente por faixas de público das classes mais altas. Aqueles que podem dormir mais tarde pois não acordam às 4 ou 5 da manhã todos os dias. Assim, a Globo «abusa» mais na sua programação para as 22 horas:

novelas mais ousadas, seriados mais sérios do ponto de vista de seu conteúdo político. É que essa audiência «de elite», possivelmente mais acomodada por sua própria condição de classe, não sofre um controle da informação tão violento como aquele a que são submetidas as classes trabalhadoras.

Herói é o repórter

Mesmo assim, a existência de um seriado feito pela televisão brasileira, que trata de assuntos policiais sem fazer propaganda da polícia — pelo contrário, criticando sua brutalidade e sua atuação — é um fato novo. Em **Plantão de Polícia**, o herói não é um policial, pelo menos a se julgar pelos dois primeiros episódios. O mais provável herói (mas talvez nem exista um herói) seria o repórter policial Waldomiro Pena, representado por Hugo Carvana, e sua amiga esta-

giaria Bebel (Denise Bandeira). Afinal, a polícia brasileira, tanto nos seus altos escalões (torturadores famosos como o delegado Fleury) quanto nas suas bases (esses dezenas de «táticos móveis» que não esperam duas vezes antes de atirar em quem anda na rua de madrugada ou espancar os presos antes mesmo de provar sua culpa) anda bastante desmoralizada aos olhos do povo. A essas alturas, ninguém engoliria o personagem de um delegado justiceiro ou de um policial incorrupto.

Engraçado é que o personagem principal seja um repórter da seção de polícia de um pequeno jornal. Mas tem lógica. Recentemente, os crimes mais complicados (mesmo que para nós estejam evidentes) que a própria polícia ajuda a acobertar, têm sido desvendados por repórteres: o caso Aracelli, o caso de Claudia Lessin, o assassinato de Wladimir Herzog na prisão e por aí afora. Aliás: assunto é o que não falta para os episódios de **Plantão de Polícia**.

Cinema

Os grevistas querem mais que aumento salarial

Alguns cineastas têm se preocupado nos últimos tempos em retratar, principalmente em filmes de curta-metragem que passam fora do circuito comercial, os movimentos de trabalhadores. Um dos últimos filmes nessa linha é **Trabalhadores, presente**, de João Batista de Andrade, que trata do 1º de maio e da greve dos motoristas de ônibus de São Paulo.

O filme começa com uma cena de arquivo: num estádio de futebol, Getúlio promete durante uma festa de 1º de maio aumentar os salários dos trabalhadores. Um corte. E a próxima cena mostra o Pacaembu vazio na comemoração oficial do 1º de maio deste ano. O narrador interrompe e informa que hoje o governo prefere a TV para falar ao povo. Enquanto Figueiredo e Murilo Macedo acenam no

video com a abertura democrática, entremeadas de ameaças sobre os rigores da lei para os grevistas, os 150 mil trabalhadores reunidos em São Bernardo, no mesmo 1º de maio, vão um helicóptero da polícia que passa por cima de suas cabeças.

«Nós tentamos nesse filme, conta Batista, e também no anterior que fizemos sobre a greve do ABC, mostrar não só os movimentos dos trabalhadores, mas também informar como o governo se comporta diante deles.

Não quisemos dar a falsa idéia de estar sempre ao lado dos trabalhadores simplesmente por omitir a posição do governo. No processo de formação da consciência, é necessário entender bem o inimigo, ter uma visão da sociedade como um todo».



1º de maio em São Bernardo

Para fazer essas relações, o filme depois de mostrar o 1º de maio, trata da paralisação dos motoristas de ônibus, onde os grevistas colocam suas reivindicações econômicas, o problema do aumento do custo de vida e do rebaixamento dos salários.

«Tratamos a greve dos motoristas, continua Batista, de uma forma didática, mostrando as negociações, a organização dos grevistas, o papel do sindicato. E tudo isso relacionado com as posições do governo. O resultado, eu acredito, é que o filme deixa claro que, para os trabalhadores, a luta não se esgota só nas reivindicações salariais, mas coloca a necessidade de uma democracia onde os trabalhadores participem das decisões.

Contestar não basta — Autor de três longas-metragens — **Gamal, Paulicéia Fantástica e Doramundo** — Batista começou seu trabalho de cineasta, como documentarista. Nessa linha, fez

vários pequenos filmes de reportagem para o programa Hora da Notícia, do canal 2, e posteriormente para o Globo Repórter, onde os assuntos eram os migrantes nordestinos, o transporte coletivo, as favelas, os bóias-frias.

Nesses filmes, realizados durante a época do chamado «milagre brasileiro», a equipe de Batista saía na rua, quase sem um roteiro prévio, e filmava tudo o que significava o antimilagre. «Era uma fase de contestação, diz ele, onde o importante era mostrar que, apesar das declarações do governo, a vida do povo era muito ruim. Mas essa fase passou. Desde o **Caso Norte**, um dos últimos especiais que fiz para o Globo, coloquei atores no filme que discutem os fatos que os personagens viveram. Isso porque agora a contestação não basta, é preciso documentar e politizar os problemas, mostrar a relação que os fatos têm entre si».